

CPV-CENTRO DE DOC E PESQUISA VERGUEIRO
R. Sao Domingos, 224
Bela Vista
Sao Paulo
SP 01.326-000

SE LIGA NO Sinal

Informativo do CEPEL - Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina
Ano 8/ Número 40- Jul/Ago/Set 99

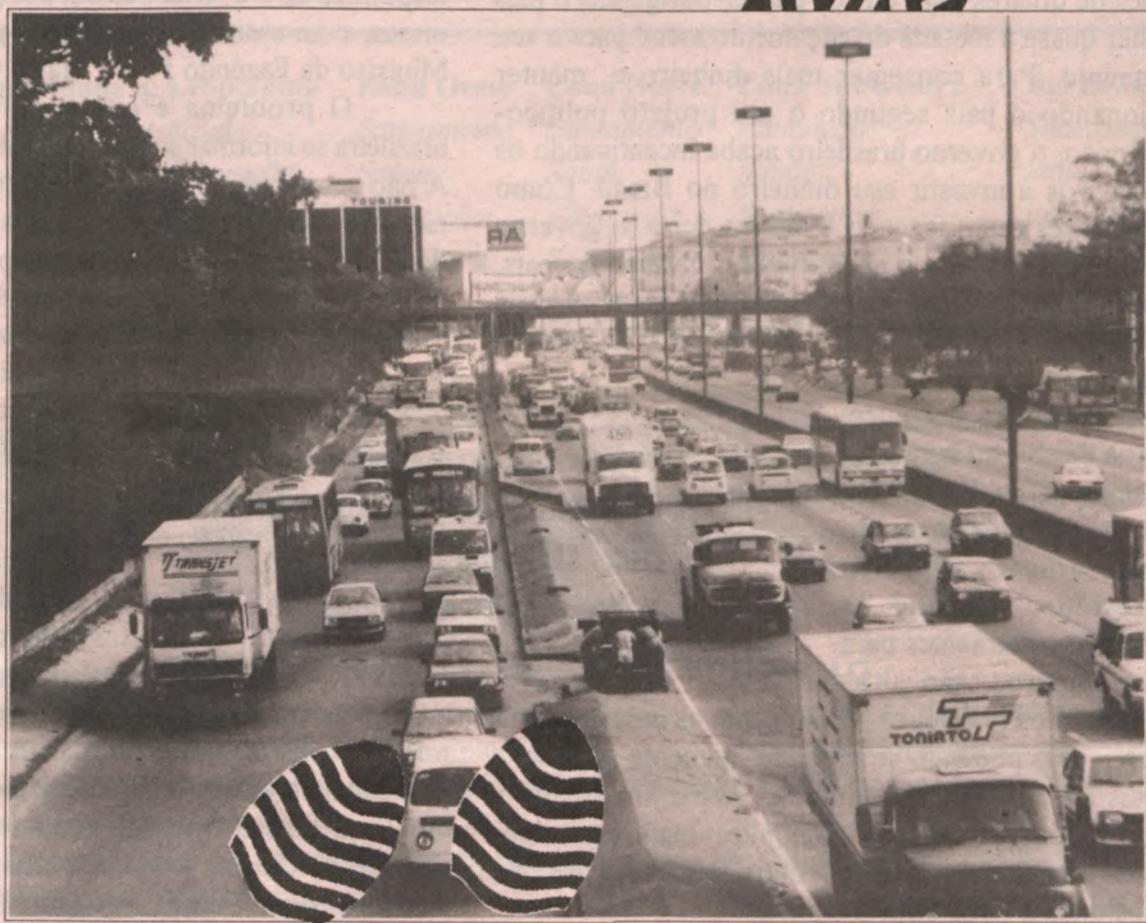
LEOPOLDINA RECIBO
R\$ 5,10,00
BRASIL CORREIO
R\$ 0,30
E-01249
M 69724

Setor de Documentação
03 DEZ 1999
6661 230 60

URB MOU RJ
7/A

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO as prioridades da sociedade

3



TRANSPORTE PÚBLICO: a população no meio da rua ao deus dará

4/5

Demissão de guardas sanitários aumenta o risco de epidemia de dengue no próximo verão

7

**COMISSÃO
EDITORIAL**

Cristina M. (Kita) Eitler
Homero T. de Carvalho
M. Eugênia (Kena) U. Silva
Marize Bastos da Cunha
Victor Vincent Valla

**COLABORARAM
NESTA EDIÇÃO**

Denise Oliveira
Mariza Nascimento

**APOIO
ADMINISTRATIVO**

Maria de Fátima Correia

**JORNALISTA
RESPONSÁVEL**

Homero T. de Carvalho
(Mtb 1127/05/85v -PR)

PROJETO GRÁFICO

Caco Chagas
Kita Eitler

**EDITORIAÇÃO
ELETRÔNICA**

Zona Criativa (205 3220)

CAPA

Kita Eitler

APOIO

KFS
JUVENTUDE CATÓLICA
AUSTRÍACA,
FASE
ENSP/FIOCRUZ

O CEPEL autoriza
reprodução total ou
parcial dos artigos deste
jornal, bem como sua
utilização para fins
educativos. Solicitamos
citação da fonte e o envio
de cópia em caso de
publicação.

QUE FAZER COM O GOVERNO FHC: VOCÊ DECIDE

Recessão econômica e crise política impõem a mobilização da sociedade brasileira..

Embora a sociedade brasileira demonstre um grande mal-estar com o Governo FHC, que em setembro já bate em 65% de rejeição nas pesquisas de opinião pública, ao mesmo tempo é difícil para as pessoas explicar porque estão contra. Provavelmente, o que as pessoas sentem mais é o alto índice de desemprego e o aumento da pobreza. Quem anda pela Zona Sul ou pelo Centro da cidade do Rio de Janeiro à noite, deve estar percebendo o aumento das pessoas dormindo nas ruas.

Um dos problemas que dificulta o entendimento do que está acontecendo é que há pouca discussão sobre o governo e seu projeto na televisão e no rádio. Alguns jornais publicam algumas notícias, mas são poucos os que lêem os jornais.

O Brasil tem uma dívida externa, isto é, deve bilhões de dólares para outros países, obrigando o país a gastar quase a metade do orçamento anual para o seu pagamento. Para conseguir mais dinheiro e manter funcionando o país segundo o seu projeto político-econômico, o governo brasileiro acaba incentivando os estrangeiros a investir seu dinheiro no Brasil. Como outros países estão fazendo a mesma coisa, o governo do Brasil oferece juros altos a quem investir no país, garantindo lucros altos aos investidores. Mas se os juros são altos e vantajosos para quem investir, ao mesmo tempo eles impedem o acesso ao crédito por quem gostaria de abrir ou aumentar sua empresa no Brasil. Ou seja, os empresários não podem tomar dinheiro emprestado porque os mesmos juros atraentes para os estrangeiros, são altos demais para os brasileiros. Assim, com as indústrias e o comércio não podendo se expandir, aumenta o número de pessoas que são demitidas. E assim prossegue o círculo vicioso da recessão econômica: mais demitidos, menos gente comprando, mais necessidade de empréstimos a juros altos...

Para poder manter este estado de coisas, o presidente Fernando Henrique Cardoso, precisa agradar seus aliados no Congresso para garantir o seu apoio. Para isso, usa o dinheiro público para assegurar os votos dos aliados, aprovando até seus projetos pessoais, como foi o caso da emenda da reeleição.

A questão principal não é se o país paga ou não a dívida externa, mas sim uma discussão sobre a origem da dívida.

Por causa de tudo isso - o aumento do desemprego, o aumento da pobreza, e um sentimento de que o Brasil não tem futuro, muitas pessoas estão começando a ir para as ruas e protestar. Até alguns aliados do Presidente, como o Governador do Ceará e o próprio Ministro de Desenvolvimento estão criticando o governo.

Em agosto, quase 100.000 pessoas fizeram um protesto em Brasília, que recebeu poucas notícias nos jornais. No dia 7 de setembro, quase um milhão de pessoas, em marchas chamadas "os gritos dos excluídos", apareceram quando os Bispos Católicos do Brasil conclamaram a população para protestar contra este governo.

Até o Senador Antônio Carlos Magalhães, principal aliado do Presidente declarou que se não houver mudanças na política do Governo Federal nos próximos três ou quatro meses, e se a situação continuar piorando, certamente o Ministro da Fazenda Pedro Malan vai ter que sair.

O problema é que é difícil para a população brasileira se informar sobre o que está se passando no Brasil. A não ser em alguns partidos políticos mais progressistas, não há na verdade muitos lugares para discutir os problemas do Brasil. Por exemplo, a questão principal não é se o país paga ou não a dívida externa, mas sim uma discussão sobre a origem da dívida. Quem é que fez a dívida, quando e em

que condições? Afinal, por que, como alguns especialistas dizem, se a dívida já foi paga, o Brasil deve tanto ainda? Por que o Presidente decide tanta coisa com as "medidas provisórias" (MPs)? A medida provisória é um instrumento que o Presidente deveria usar somente em casos de

"A questão principal não é se o país paga ou não a dívida externa, mas sim uma discussão sobre origem da dívida."

emergência, podendo ou não ser aprovada pelo Congresso no prazo de 30 dias de sua emissão.. No entanto, praticamente tudo o que é decidido pelo governo federal no Brasil hoje é feito por meio de medidas provisórias, que são reeditadas a cada 30 dias, evitando sua análise pelo Congresso. Assim, o governo FHC equiparou as MPs aos famigerados decretos-lei da ditadura militar

Enfim, porque o governo federal não conta o que, de fato, está acontecendo no Brasil, e por que temos tantos problemas? Por que até a Igreja Católica está contra FHC? Pois, no "Grito dos Excluídos" deste ano, ela sustentou o seguinte lema, traduzindo o descontentamento dos brasileiros: "Ou o Governo muda a política econômica, ou nós mudamos o governo."

Você decide!

Aguarde em breve o lançamento de mais uma publicação do CEPEL/ENSP;

"Conhecendo a Região da Leopoldina: Algumas iniciativas sociais".

Um catálogo das instituições e grupos que possuem projetos sociais na região, para conhecer, consultar e utilizar.

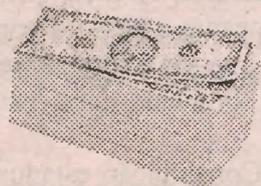
**Cidadania fluminense define Políticas Públicas prioritárias para o ano 2000****Victor Vincent Valla**

Na edição anterior do Se Liga no SINAL (nº 39) publicamos uma matéria especial na página central sobre as regras do orçamento participativo no Rio de Janeiro, recuperando a história dessa conquista da cidadania que, no Rio de Janeiro, vem desde 1995, com a criação do Fórum Popular do Orçamento por entidades da sociedade. Agora, veja como tem sido essa primeira experiência fluminense de democratização do debate sobre o destino de dinheiro público.

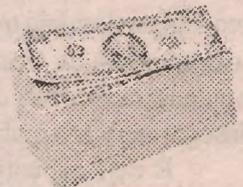
Sob a coordenação do Secretário Estadual de Planejamento Jorge Bittar iniciou-se em agosto o Programa de Orçamento Participativo do Estado do Rio de Janeiro. Juntamente com o Estado do Rio Grande do Sul, são as primeiras experiências no Brasil de orçamento participativo estadual.

Na Região da Leopoldina quase 400 pessoas reuniram no Clube Social de Olaria para escolher uma chapa de 28 nomes que representará a população da Região. Juntamente com essa chapa foram preenchidos formulários por todos os participantes sobre as atividades em que deve ser gasto o dinheiro público reservado para o orçamento participativo. Durante o mês de agosto, tanto em todo o Estado do Rio de Janeiro, quanto no Município do Rio de Janeiro, foram realizadas reuniões e preenchidos formulários por mais de 4000 cidadãos.

Os formulários preenchidos no Município do Rio de Janeiro revelaram as seguintes prioridades:



Prioridade n.	Leopoldina	Zona Oeste	Zona Norte	Zona Sul/Centro	Barra/Jacarepaguá
1	Saúde	Saneamento	saneamento	Educação	Saneamento
2	Educação	Saúde	Saúde	Saúde	Saúde
3	Saneamento	Educação	Educação	Segurança	Educação
4	Transporte	Transporte	Segurança	Habitação	Cultura/Lazer



Como se pode ver, apesar de todas as notícias dos jornais, do rádio e da televisão, a segurança quase não foi apontada como problema. Mas isso não pode ser destacado como uma preocupação da maioria dos cariocas com a questão da segurança - este resultado pode significar apenas que outros problemas são considerados mais prioritários.

No dia 21 de agosto, os conselheiros das várias chapas do Município do Rio de Janeiro se reuniram para decidir sobre as prioridades dos quatro temas mais votados e que estão, de alguma maneira, relacionados com o governo do Estado. Os resultados foram os seguintes:

I. SANEAMENTO BÁSICO

1 - Recuperação e criação de sistema estadual de coleta e tratamento de esgoto, pela CEDAE estatal e pública, com a implantação do serviço de águas pluviais como contrapartida do Município.

2 - Ampliar e assegurar sistema de distribuição de água por 24 horas, nas comunidades carentes desse serviço.

3 - Drenagem com canalização dos principais rios da cidade, assegurando o reflorestamento das cabeceiras dos rios.

4 - Construção de usina de reciclagem e compostagem (transformação de lixo orgânico em adubo) de lixo, beneficiando todo o município.

II. SAÚDE

1 - Implantação do Programa Médico de Família, priorizando a prevenção da AIDS, saúde da mulher e da gestante e saúde menal.

2 - Implantar e equipar postos de saúde simplificados.

3 - Ampliar, reformar e equipar os hospitais públicos já existentes

4 - Valorização e qualificação dos profissionais, e reforço do suprimento de medicamentos, objetivando melhoria do atendimento.

III. EDUCAÇÃO

1 - Ampliação do Programa Bolsa-Escola.

2 - Extensão dos cursos de 3º Grau da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) na Zona Oeste e Leopoldina.

3 - Ampliação do número de vagas de 2º grau.

4 - Valorização e qualificação dos profissionais.

IV. HABITAÇÃO

1 - Fiscalizar o uso do solo urbano, regularizar e titular os loteamentos já existentes em comunidades carentes; elaborar leis no sentido de fazer a terra ser um bem social e não financeiro.

2 - Produção de unidades habitacionais dignas com infraestrutura, com critérios de aquisição que beneficiem famílias de até 1 salário mínimo.

3 - Reassentar a população de área de risco em locais previamente urbanizados.

4 - Reforma e manutenção dos conjuntos habitacionais até a quitação do imóvel.

Todas estas recomendações deverão integrar o proposta orçamentária do ano 2000 que o governo estadual deve encaminhar à Assembléia Legislativa. ainda no mês de setembro. Lá, as propostas do orçamento participativo serão debatidas pelos deputados, podendo sofrer transformações ou até desaparecer. Portanto, muita atenção na Assembléia Legislativa. Consulte os deputados para saber como será a discussão do orçamento na Casa legislativa dos fluminenses.



PARA ONDE VAI O TRANSPORTE PÚBLICO?

Denise de Oliveira

População da Leopoldina depende cadavez mais de kombis e vans para superar a falta de transporte público regular

Se "ir e vir" é um direito constitucional de todos os cidadãos, o transporte público é um dever do Estado para garanti-lo. Mas o direito de ir e vir implica, na prática do nosso dia-a-dia, em ir e vir para o trabalho, para a escola, para o lazer, para o hospital, para o consumo, ou seja, é um direito da cidadania necessário para o funcionamento da sociedade. É por isso, que o Estado foi responsável até recentemente por setores estratégicos dos transportes públicos, como os trens, as barcas e o metrô, que ele acabou privatizando, numa demonstração de como os poderes públicos não conseguem cumprir sua obrigação mais elementar ou não estão interessados nisso.

No caso das linhas regulares de ônibus, sempre houve a concessão dos serviços para as empresas privadas. Ao Estadó, neste caso, a prefeitura municipal, fica a tarefa de definir o preço das passagens a partir de critérios claros e a fiscalização dos serviços, atividades que também fazem parte da crise dos transportes que a população enfrenta no seu dia-a-dia. Na raiz dessa crise está o grande número de ônibus circulando na cidade, invertendo uma prioridade que deveria ser dos trens, barcas e metrô - estima-se que os ônibus detêm 70% do transporte coletivo da cidade do Rio de Janeiro. Mas o que pode ser visto nas ruas é que nem com este predomínio todo, os ônibus conseguem atender a necessidade de transporte da cidade, obrigando a população a recorrer cada vez mais às vans e kombis e à insegurança dos ônibus-pirata.

É esse aspecto da crise que mostramos nesta matéria. A equipe do CEPEL esteve observando os problemas de transportes da região da Leopoldina, principalmente no que toca a questão dos macro e micro-ônibus, que acabam prestando um desserviço à população: a quantidade de "carros" em circulação é insuficiente para oferecer um serviço de qualidade; não é respeitado o direito ao transporte gratuito dos idosos, deficientes físicos e estudantes da rede pública de ensino. Segundo o Sr. Jorge Dutra, coordenador de transportes da AP.3.1, existe ainda a Resolução 901, da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU que franqueia o ingresso dos alunos, idosos e deficientes físicos nos micro-ônibus. No Complexo da Maré e no Complexo do Alemão há falta total de macro-ônibus, que também devem garantir esse ingresso.

As duas empresas que cobrem essas áreas são a Transportes Mossa e a Nossa Senhora de Lourdes. As linhas 909 (Bonsucesso/Parque União), 919 (Rocha Miranda/Parque União), da Transportes Mossa, e as linhas 622 (Pça. Saens Pena/Penha) e 623 (Pça. Saens Pena/Ramos), 312 (Tiradentes/Ramos) e 313 (Tiradentes/Olaria), da Nossa Senhora de Lourdes, trafegam com um número muito maior de micro-ônibus do que com os macro-ônibus. Em muitos locais essas linhas nem passam, obrigando o usuário a percorrer enormes distâncias a pé. Este é o caso do Parque Proletário da Penha, onde o número de linhas que circulam dentro das comunidades é muito reduzido.

TRANSPORTES ILEGAIS OU ALTERNATIVOS?

Outro ponto importante é a questão dos transportes alternativos como kombis, vans e ônibus-piratas. Esses transportes são vistos como "ilegais" por parte do poder público, mas são eles que socorrem a maioria dos moradores, que não podem contar com uma cobertura competente dos meios de transportes ditos "legais".

Mas o que fazer se locomover-se é um direito e uma necessidade? Por isso, podemos observar que, para cada ônibus regular que trafega pelas comunidades, cinco a dez kombis cobrem o mesmo percurso, passando em intervalos de cinco minutos, quando os macro-ônibus demoram de vinte a trinta minutos para passar.

No momento, o poder público tem apenas cassado os transportes

alternativos, sem apontar nenhuma forma de melhoria nos transportes coletivos feito pelas empresas de ônibus. Recentemente foi aprovada a "lei das vans", mas que proíbe que elas peguem passageiros no meio do caminho, obrigando-as ao chamado transporte ponto-a-ponto, atuando, portanto como qualquer empresa locadora de serviços de transporte. Já o projeto da Federação das Cooperativas de Transportes de Passageiros Urbanos previa logomarca nos carros, crachá e uniforme para os motoristas.

Embora sentida em toda a cidade, a deficiência nos meios de transportes coletivos é mais grave nas comunidades carentes. Disfarçando o pelo preconceito, as empresas alegam a dificuldade de acesso e a insegurança para justificar o descaso com a população de grandes áreas da cidade, desrespeitando a licença outorgada para prestar esse tipo de serviço.

Outra questão crítica é a completa falta de atenção das empresas de ônibus com os deficientes físicos. Segundo Maria Lúcia, assessora da Secretaria Estadual de Transportes, "há um grande problema na questão do passe especial para deficientes físicos, e a isso se atribui diferença, que a própria lei faz, no tocante a pessoas com mobilidade reduzida, que são os portadores de doenças crônicas, obesidade, deficiência e idosos".

O Art. 14 da Constituição estadual deixa claro que "é reconhecido o direito de passe especial para pessoas com mobilidade reduzida", porém não há uma especificação dos casos. Aliado a essa indefinição, o direito de credenciamento para avaliar e conceder os passes foi dado a própria FETRANSPOR, organização que representa os interesses dos empresários de ônibus. Por mais essa razão a liberação dos passes é um verdadeiro transtorno.

Para enfrentar obstáculos tão poderosos foi criado o MOVIMENTO DOS DEFICIENTES, cujas discussões e decisões são acompanhadas pela Secretaria de transportes do estado. Segundo Maria Lúcia "temos conseguido tirar algumas resoluções como é o caso da Primeira Comissão de Acessibilidade e os grupos de trabalho". Para ela, o problema principal é a falta de pessoal na área de saúde do estado para fazer a avaliação, emissão de laudos de cada caso e concessão dos passes, retirando essa atribuição da FETRANSPOR.

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE

(Reuniões quinzenais na Rua da Ajuda, 5/7º andar - Centro)

GRUPOS DE TRABALHO

Adaptação dos transportes e dos terminais; classificação das doenças crônicas e das deficiências, possibilitando a inclusão de outras doenças e a normatização do Passe Especial; campanhas e treinamento para a conscientização das pessoas que trabalham com os segmentos da população que têm direito ao acesso gratuito; interpretação da legislação existente; análise das alterações propostas pelos outros grupos de trabalho e mecanismos para seu cumprimento.

"O transporte público é um direito do cidadão e uma necessidade da sociedade."

Linhas regulares que ligam o Complexo da Maré a outras regiões da cidade:

- 320 (Parque União/Praça XV)
- 330 (Parque União/Praça XV)
- 663 (Méier/Parque União)
- 919 (Rocha Miranda/Parque União)
- 909 (Cordovil/Parque União)

Linhas especiais que trafegam dentro do

Complexo da Maré:

- 179 (Maré/Alvorada)
- 322 (Castelo/Ribeira)*
- S011 (Maré/Leblon)
- S012 (Maré/Leblon)
- S028 (Maré/Copacabana)
- S035 (Maré/Alvorada)
- S07 (Cidade Universitária/Campo Grande)*

* Essas linhas trafegam pela Av. Brasil, passando somente na entrada da Vila do João

CONHEÇA AS LEIS QUE GARANTEM O DIREITO AO TRANSPORTE PÚBLICO

Constituição do Estado do Rio de Janeiro
Capítulo I
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Art. 8 - Todos têm o direito de viver com dignidade.

Parágrafo Único: É dever do Estado garantir a todos uma qualidade de vida compatível com a dignidade da pessoa humana. É assegurado educação, os serviços de saúde, a alimentação, a habitação, o transporte, o saneamento básico, o suprimento energético, a drenagem, o trabalho remunerado, o lazer e as atividades econômicas, devendo as dotações orçamentárias contemplar preferencialmente tais atividades, segundo planos e programas de governo.

§1º - Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural e urbano, religião, convicção política, deficiência física ou mental, por ter cumprido pena nem qualquer particularidade ou condição.

Art. 14 - É garantida, na forma da lei, a gratuidade dos serviços públicos estaduais de transporte coletivo, mediante passe especial, expedido a vista de comprovante de serviço de saúde oficial, a pessoa portadora:

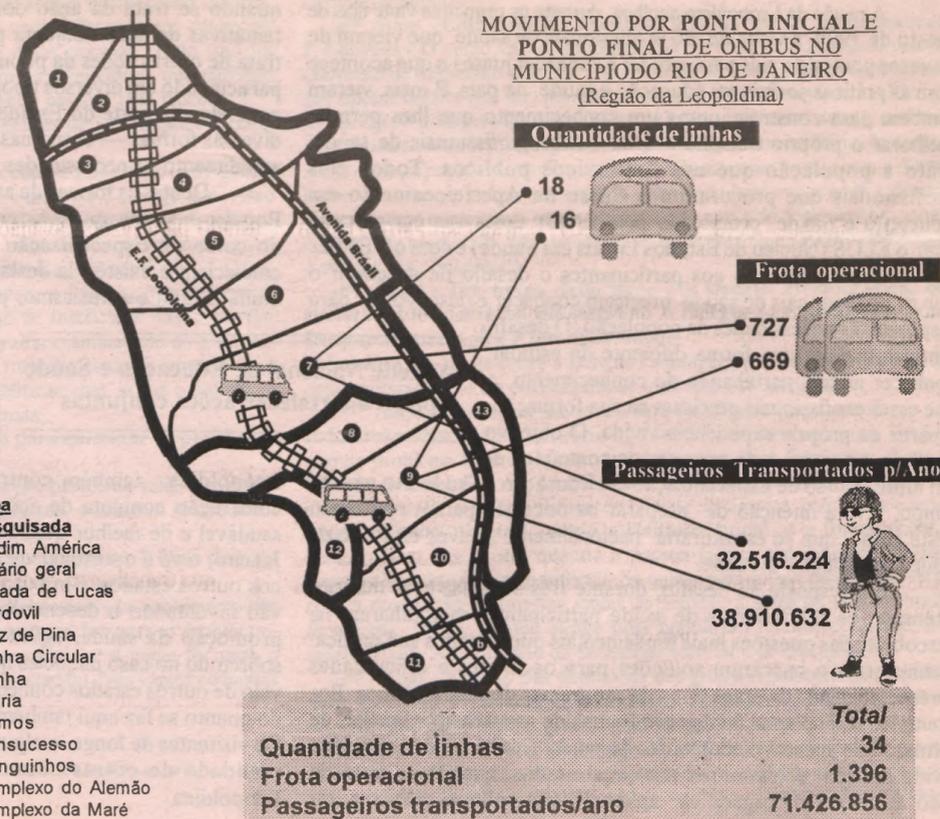
I - de doença crônica que exija tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar risco de vida.

II - de deficiência com reconhecida dificuldade de locomoção.

A população deve perceber que não está sendo beneficiada, nem agraciada pela gratuidade nas passagens nos casos de deficiência física, idade acima dos 65 anos e estudantes uniformizados nos dias de aula. Este é um direito adquirido por lei.

Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro

Artigo 401 - Parágrafo II - "garante o ingresso de alunos uniformizados da rede pública de ensino de 1º e 2º graus nos dias de aulas, pessoas maiores de 65 anos e deficientes físicos a transitarem gratuitamente em todos os transportes coletivos do Município do Rio de Janeiro"





V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE: palavras e plenário vazios

Descaso das autoridades com decisões de conferências anteriores enfraquece a participação popular na saúde

Mariza Nascimento

A V Conferência Municipal de Saúde do Rio, realizada entre os dias 22 e 25 de julho, na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) serviu para confirmar o descontentamento dos conselheiros, que revoltados com o descaso do Secretário Municipal de Saúde, Raul Gazzola e do Prefeito Conde, foram unânimes em suas falanças - repúdio, transformado em moção, ao não cumprimento das resoluções propostas e aprovadas nas conferências anteriores.

Dessa vez, os conselheiros se mostraram desanimados em discutir e aprovar qualquer proposta, uma vez que várias decisões já foram tomadas em conferências anteriores e não foram consideradas pelo poder público. Um dos delegados em seu discurso falou: "É impossível discutir e aprovar uma enxurrada de propostas vindas de cima para baixo em apenas três horas. Isto é brincar com a população.. Tudo já foi feito em conferências anteriores, agora, cumpra-se!" Diferentemente de conferências já realizadas no município do Rio de Janeiro, esta V Conferência estava bastante esvaziada..

A Deputada Jandira Feghali, que sempre foi convidada para fazer parte de mesa de debates em conferências anteriores, desta

vez ficou esquecida pelos organizadores. Em seu discurso, ela falou e repetiu várias vezes, que "apesar de não ter sido convidada, que estava ali porque os conselheiros a colocaram, daria conta do que vem acontecendo em Brasília com o dinheiro da saúde. Este é o meu papel", disse.

Funcionários demitidos da FNS (Fundação Nacional de Saúde) se fizeram presentes e denunciaram que ficaram mutilados com o uso de produtos altamente tóxicos e não foram avisados do perigo que corriam. Abandonados pelo governo, não tem a quem recorrer. As verbas destinadas antes a esses funcionários, estão sendo remetidas às prefeituras para a contratação de agentes das próprias comunidades. Este é outro assunto que não chega aos conselheiros de saúde.

Aliás, tudo que diz respeito a dinheiro e programas de saúde a serem implantados é omitido dos conselheiros. Por exemplo, o Programa de Agentes Comunitárias de Saúde (PACS) tem verbas do Miniustério da Saúde a caminho para sua implantação nas comunidades, mas a discussão desse assunto não acontece nas conferências..



EDUCAÇÃO

Curso de aperfeiçoamento em educação e saúde: compartilhando o conhecimento

Profissionais de vários estados trocam experiências sobre a educação popular em saúde

Maria Eugenia U. Silva

A região da Leopoldina acolheu, durante os primeiros vinte dias de agosto de 1999, a visita de 30 profissionais de saúde, que vieram de diversos pontos do país para estudar e conhecer juntos o que acontece com as práticas sociais em educação e saúde, no país. E mais, vieram também para construir juntos um conhecimento que lhes permita melhorar o próprio trabalho e o de outros profissionais de saúde, junto a população que usa os serviços públicos. Todos eles profissionais que procuraram o Curso de Aperfeiçoamento em Educação e Saúde, promovido pela ENSP, desta vez em parceria com o ELOS (Núcleo de Estudos Locais em Saúde) e com o CEPEL.

O curso propôs aos participantes o desafio de descobrir o que os profissionais de saúde precisam conhecer e desenvolver para responder às necessidades da população. O desafio também incluiu uma forma diferente de estudar: conhecer juntos, partilhando do conhecimento, o que esses profissionais precisam na sua formação, a partir da própria experiência vivida. O objetivo geral do curso foi o de preparar os conteúdos de um futuro Curso de Especialização em Educação e Saúde. Ao mesmo tempo, teve a intenção de preparar os docentes para a realização deste curso, que se estruturaria nacionalmente através da Rede de Educação Popular e Saúde.

Em resposta ao desafio, durante três semanas e de maneira intensiva, os profissionais de saúde participantes mergulharam na descoberta das questões mais fundamentais que afetam a sua prática. Conheceram e buscaram soluções para os limites e dificuldades apresentadas por diversos tipos de programas de saúde pública. Por exemplo, na implantação dos programas de assistência à família, de formação de agentes comunitários de saúde. Conheceram a realidade vivida também pelos outros nos seus estados, quando se trata da ação dos diversos órgãos na aplicação das políticas públicas; ou

quando se trata da ação dos movimentos sociais: suas parcerias e tentativas de ação conjunta para a busca de soluções; ou quando se trata de outras ações da população. Por exemplo, grupos organizados participando em diversos tipos de Conselhos públicos para exigir ações concretas de parte do Estado; grupos organizados se articulando de diversas formas — como nas redes — para buscar soluções e exigir o atendimento às necessidades concretas da população.

Dentre as formas de articulação, falou-se na Rede de Educação Popular e Saúde, que terá um papel importantíssimo para a realização do curso de Especialização. Muitas das pessoas participantes não conheciam a existência desta Rede e essa descoberta foi motivo de muita alegria e entusiasmo, pois por meio dela poderão se fortalecer os laços construídos e as possibilidades de ações conjuntas.

"A Rede Nacional de Educação e Saúde poderá fortalecer ações conjuntas"

A participação no curso de algumas pessoas de grupos comunitários da Leopoldina e representantes da Rede Local de Educação Popular e Saúde, da Leopoldina, também contribuiu para fortalecer a validade dessa construção conjunta de ações e articulações na busca de uma vida saudável e de melhor qualidade. Afinal, quem era do Rio de Janeiro, teve a oportunidade de se aproximar um pouco do que se faz nos outros estados. Em outros lugares, assim como aqui, as pessoas vão inventando e desenvolvendo formas criativas e alternativas de promoção da saúde, agindo de mãos dadas e com solidariedade, sobretudo no caso daqueles que pouco acesso tem aos serviços. Quem veio de outros estados conheceu um pouquinho do Rio, mas sobretudo do quanto se faz aqui também e que poucos conhecem fora do estado. Os visitantes de longe, e alguns de mais perto, também conheceram a realidade de outras comunidades do Rio de Janeiro, além da Leopoldina.



Porta aberta para a dengue: mais de 5 mil guardas demitidos

Denise Oliveira

Em junho o governo federal demitiu 5.861 guardas, que trabalhavam há 10 anos no controle de endemias no Rio de Janeiro, sem que nenhum dos direitos trabalhistas fossem garantidos. Atuavam, especialmente, na localização e combate aos focos de mosquitos *Aedes aegypti*, vetor que mantém a transmissão da dengue (ver quadro). Como forma de pressionar o governo e informar a sociedade, eles estão acampados na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro, depois de promoverem várias manifestações na frente de instituições de saúde responsáveis pelo controle da dengue na cidade (Fundação Nacional de Saúde-FNS, Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde) e pelas pesquisas sobre a doença (Fundação Oswaldo Cruz). Para saber mais sobre o problema, entrevistamos um dos demitidos, o guarda de endemias José Antônio, que exercia a profissão desde 1988, pela FNS, e o Dr. Paulo Sabrosa, pesquisador do Departamento de Endemias Samuel Pessoa, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz).

Sinal - Por quê as demissões ocorreram neste nível, atingindo mais de 5 mil pessoas?

José Antonio - Estávamos trabalhando sob contratos que eram prorrogados via MP (Medida Provisória) pelo Governo Federal. O governo rompeu o contrato, não publicando mais a MP, com a alegação de que o serviço iria passar a ser da competência dos municípios. Assim, a justificativa do Governo Federal é de que não teria mais necessidade da nossa mão-de-obra.

Sinal - Quais os perigos gerados pela demissão para a saúde da população?

J. Antonio - Com certeza nós vamos ter, a partir de novembro, mas pelas previsões que fizemos, pode ser até outubro, uma epidemia de dengue. Essa epidemia pode vir acompanhada também da dengue hemorrágica. Nós acreditamos que entre, via turistas, nas fronteiras, o vírus tipo 3, que é o vírus mais letal do dengue. O tipo 3, cruzando com o vírus tipo 2, já presente aqui, pode causar o dengue hemorrágico e matar muita gente no Rio.

Sinal - Houve algum programa de prevenção do dengue, como o combate ao mosquito, por exemplo, antes das demissões dos agentes sanitários?

J. Antonio - O que o Ministério da Saúde vem apregoando, e a gente acompanhando, é uma discussão com a comissão estadual e municipal, que estava fazendo um estudo para o repasse de recursos do Governo Federal para os municípios, no que se refere aos laboratórios, instrumentalização e mão-de-obra. Só que isso é muito demorado e difícil de ser feito. Não houve tempo hábil para fazer todo treinamento da mão-de-obra técnica dos municípios.

Sinal - E ficariam vocês mesmo sendo essa mão-de-obra?

J. Antonio - Nós temos dez anos de prática, somos profissionais da área, conhecemos a comunidade, as pessoas das comunidades já nos conhecem e temos uma relação de afetividade com essas pessoas. Tudo isso foi rompido na transferência do trabalho para os municípios, que não têm pessoas treinadas e, inclusive, estão colocando pessoas pela janela.

Sinal - Isso tem a ver com os agentes de saúde que o Conde tem colocado nas ruas?

J. Antonio - O nosso trabalho não pode ser confundido com o dos Agentes Comunitários de Saúde, mesmo porque, esse discurso é o do governo. Isso é uma mentira, porque, tecnicamente, não podemos trabalhar com produtos como inseticidas, altamente venenosos, e pesar bebês ao mesmo tempo. Nós trabalhamos com informações sanitárias, no combate a ratos, mosquitos, caramujos da esquistossomose, a Leishmaniose e outras endemias. Esse trabalho pressupõe o uso de inseticidas nas casas das pessoas, logo não podemos pesar bebês, avaliar o andamento do pré-natal das senhoras, medir pressão etc. Nosso trabalho especificamente não é nessa área. As pessoas estão usando isso politicamente, já que o trabalho é parecido, para derrubarem o guarda sanitaria.

Sinal - O que tem sido preparado para enfrentar os problemas de verão?

J. Antonio - Nada. O município está com um problema sério nas mãos. Ele tem que contratar mão-de-obra especializada, e não tem tempo hábil para isso.

Sinal - Como você avalia este movimento? Que tipo de esperança vocês guardam?

J. Antonio - Não é esperança. É a certeza de que com esse movimento nós vamos mudar a história desse país - se a gente for para o município, mudamos a história do funcionalismo municipal, se a gente for para o estado, mudamos a história do funcionalismo estadual. Nós vamos continuar com a mesma garra, na mesma luta.

Sinal - Qual o impacto das demissões dos guardas sanitaristas na vida da população carioca?

Paulo Sabrosa - A questão central não é a demissão dos guardas e sim se as atividades de controle dos vetores (mosquitos transmissores de doenças) vão ser descontinuadas ou não. A questão dos guardas, que é no primeiro momento trabalhista, é uma questão de cidadania. Do ponto de vista do controle do dengue a questão principal é se as atividades de controle vão ser cumpridas nos momentos oportunos. Nós sabemos que em qualquer processo de produção de uma doença transmitida por vetor, principalmente nos momentos muito críticos, as ações de controle tem que ser programadas de uma forma rotinizada. A questão que se coloca é se com as demissões dos guardas, outros atores sociais vão conseguir se programar para operar essas ações de controle, ainda dentro do prazo previsto.

Sinal - Isso deveria ser feito agora, no inverno?

P. Sabrosa - Deveria estar sendo feito no segundo semestre do ano. Primeiro com a finalidade de atuar antes da época em que a transmissão é mais intensa; e segundo, porque quando começa a transmissão, as ações de rotina ficam totalmente prejudicadas, já que é impossível manter uma rotina quando você tem que correr para apagar incêndios.

Sinal - O senhor tem alguma informação sobre que tipo de trabalho preventivo foram feitos para se enfrentar o próximo verão?

P. Sabrosa - Não. Poderia dizer que não houve trabalho de prevenção para enfrentar o próximo verão. A proposta que a gente vê sendo implementada é o uso de inseticida, o chamado "fumacê", que não garante de modo algum níveis baixos de transmissão vetorial. O "fumacê" é extremamante eficaz para interromper momentos de crise, eliminando os mosquitos adultos infectados, mas a pressão dele sobre as larvas é praticamente nula. Portanto, há a possibilidade de daqui a dois meses se ter uma enorme população de mosquitos adultos.

Sinal - Então, na sua avaliação o verão vai ser problemático?

P. Sabrosa - O verão vai ser problemático em relação à densidade vetorial (aumento de mosquitos adultos). Já é no inverno. Nós estamos num inverno que apesar do frio que fez, há uma presença grande de vetores no Rio, e o *Aedes aegypti* acompanha esses vetores urbanos, em termos de sua dinâmica populacional. Mas isso não quer dizer que teremos uma epidemia de dengue. Além disso, a população do Rio de Janeiro, já esta convivendo com o dengue há muito tempo e já tem um grau de imunidade bastante grande à doença. Não sabemos exatamente qual é, porque não tem sido feito nenhum estudo concreto da imunidade. Mas temos clareza que em muitas áreas o que impede o surto é essa imunidade.

Sinal - Um outro dado novo é a Dengue Hemorrágica, que começou a ter casos no ano passado. A Dengue já é conhecida, mas a Dengue Hemorrágica é um dado novo.

P. Sabrosa - A teoria sobre a Dengue Hemorrágica mais aceita, apesar das controvérsias é que ela é resultante de uma resposta alérgica.

Sinal - Não seria um outro tipo de vírus ou mosquito?

P. Sabrosa - Não. Não é um outro tipo de vírus, nem de mosquito. Esse é o grande problema. Existem quatro tipos de vírus mais frequentes. Aqui no Rio nós só temos dois, na América Latina há o terceiro tipo, que ainda não chegou aqui. Existem três formas de Dengue: a clássica, com dores e febre; existe a forma "frustra", que é a síndrome gripal, e a forma grave, a hemorrágica, que ocorre quando a pessoa já esta sensibilizada, baixa a imunidade e ela volta a se infectar. Se entrar uma forma nova neste verão, com a circulação de turistas vindo do Caribe, a situação será realmente desastrosa. Claro, porque atinge uma população totalmente imune, mas sensibilizada. Aí a questão da densidade vetorial é de emergência.

Sinal - No caso das demissões dos guardas sanitaristas, o senhor acha possível a capacitação imediata de mão-de-obra a tempo de impedir um surto muito grande de Dengue?

P. Sabrosa - Voltando a essa questão, o problema é ter clareza de que tipo de instituição e pessoal está sendo capacitado e se estão sendo coordenados.

(continua na página 8)

(Continuação da página 7)

Não se faz um guarda de campanha de saúde pública de uma hora para outra - é uma atividade que exige três coisas: primeiro, treinamento especializado. Não é uma atividade rotineira que se pode pegar, por exemplo, o pessoal da COMLURB para fazer imediatamente. Segundo, além desse treinamento tem que haver um compromisso de que o trabalho do guarda é proteger a saúde da população. Não é uma rotina. Nós sabemos que alguns guardas não tinham essa consciência. Não sei se as novas equipes que estão sendo formadas, estão vindo com essa consciência de que a função dele não é cumprir determinadas metas, como colocar inseticida em cem bueiros. Terceiro, é a supervisão: mesmo com o treinamento e a consciência, se ele não tiver supervisão não se mantém a qualidade do serviço.

Sinal - Por quê não encampar os guardas com mais de dez anos de carreira, até para que eles façam o treinamento nos novos guardas que estão chegando?

P. Sabrosa - Eu concordo. Se fosse uma empresa privada, eu concordaria que seria muito melhor contratar uma equipe que já está treinada, com acesso à população, que é outro dado importante. Mas não podemos deixar de considerar que todas as questões tem dois lados: primeiro, o salário desses guardas é maior do que o município pode arcar. O município poderia até contratá-los, mas não com o salário que o governo federal pagava, que estava muito acima da média do mercado da saúde. Evidentemente que essa não é uma situação funcional que pode ser incorporada, até porque eles teriam que ser incorporados em uma carreira, aoínde não é esse o nível salarial. Agora, esse é um problema que tem que ser resolvido. Um outro ponto que temos que discutir é o contrato para o serviço público: se é por concurso, então não posso privilegiar a contratação desse pessoal, contra outras pessoas que também querem fazer concurso para guarda de saúde do município. O que se pode fazer é privilegiar o currículo e a experiência, colocando uma pontuação diferenciada, de forma a aproveitar mais esse pessoal que me interessa.

Sinal - Eles não eram concursados?

P. Sabrosa - Não, eles não eram concursados. Eles foram contratados num sistema precário, e era ilegal essa forma de contratação. O Ministério contratava através de terceiros, seja, por prefeituras, ONGs, cooperativas, dando dinheiro para essas instituições contratarem a mão-de-obra diretamente. Se eles tivessem sido contratados por concurso, não teriam sido demitidos e nem teriam esses salários.

Sinal - E a falta de medicamentos, é uma questão política?

P. Sabrosa - É, no fundo é sim. Por exemplo, no ano passado faltou medicamento para a Leishmaniose. Faltou porque nós deixamos de fabricar esses medicamentos, eles agora são importados. E isso é uma questão política. Esses medicamentos até décadas passadas eram considerados insumos estratégicos, e era produzidos aqui, depois foram considerados pouco interessantes economicamente, até porque não tem um mercado amplo e se deixou de produzir, e aí ficamos na dependência de importação. A importação não foi feita a tempo, quando se quis importar não havia produto no mercado internacional, e aí não se tratou metade dos casos.

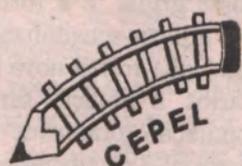
A Dengue no Rio de Janeiro

<<A partir de 1986, foram identificadas epidemias de dengue em diversos estados brasileiros. A mais importante ocorreu no Rio de Janeiro onde, pelo inquérito sorológico realizado, estima-se que pelo menos 1 milhão de pessoas foram afetadas pelo sorotipo DEN 1, nos anos 1986/1987.

A introdução do sorotipo 2 foi detectada em 1990, no estado do Rio de Janeiro. Os casos de febre hemorrágica registrados não apresentaram manifestações hemorrágicas graves, não necessitando portanto de internação hospitalar. O atendimento ambulatorial permitiu acompanhar os pacientes e orientá-los em relação à procura de assistência médica. A faixa etária mais atingida foi a de maiores de 14 anos. Foram confirmados 462 casos e 8 óbitos em 1990/91.>>

Fonte: "Guia de Vigilância Epidemiológica". Ministério da Saúde, FNS, Centro Nacional de Epidemiologia. 4ª edição, Brasília, 1998.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA LEOPOLDINA



Av. Brasil, 4036 - sala 907
Manguinhos
Cep: 21040-360
Tel: 590 1998
E. Mail: cepel@uol.com.br
Rio de Janeiro



FIQUE POR DENTRO

A BAIXA RENDA DA MAIORIA DOS BRASILEIROS

Do total da PEA (População Economicamente Ativa) de 74 milhões de trabalhadores, somente 20,6 milhões (27,8% da PEA) são empregados com carteira assinada.

Desse total, cerca de 47 milhões (63%) de integrantes da PEA ganham até três salários mínimos (R\$ 408,00) mensais, sendo que a faixa de renda entre três e cinco salários abrange 1,08 milhão de pessoas (14,6%); de cinco a dez salários cai para 900 mil (12,2%); e de dez a vinte salários cai para 430 mil pessoas (5,8%). Acima de vinte salários, apenas 220 mil pessoas (3%).

Rendimentos da População Economicamente Ativa

FAIXA DE RENDA	POPULAÇÃO
PROPORÇÃO	
Até R\$ 408,00	47 milhões 63%
De R\$ 420,00 a R\$ 700,00	1,8 milhões 14,6%
De R\$ 700,00 a R\$1.400,00	900.000 12,2%
De R\$ 1.400,00 a R\$ 2.800,00	430.000 5,8%
Acima de R\$ 2,800,00	220.000 3,0%

Fonte: Revista "Nação Brasil", Ano 5, No. 114, agosto de 1999



MODELO ECONÔMICO PODE AMEAÇAR DEMOCRACIA NO BRASIL

"O economista Celso Furtado, ex-ministro do Planejamento do governo João Goulart, cassado pelo golpe militar de 1964, na abertura do seminário 'Desenvolvimento: o Fato e o Mito', na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), destacou que a globalização em países heterogêneos, como o Brasil, resulta no esvaziamento do poder de governar dos Estados diante do comando assumido pelos conglomerados transnacionais. Ele avaliou que é impossível conciliar políticas de estabilidade econômica e de desenvolvimento. O confronto pode criar uma tensão social muito grande, movida pelo desemprego e pela falência dos estados, alertando que a democracia está ameaçada. Ele torce para um desfecho no campo democrático para que a alternativa não seja o fascismo.

Como saída, Furtado propõe o fortalecimento do mercado interno, ainda que à custa de inflação para combater o desemprego. Ele defende um sistema econômico nacional, importações seletivas e controle cambial."

Fonte: "Jornal do Brasil" - 09/09/99



IMPRESSO

SE LIGA NO

Sinal

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você estará contribuindo para a continuidade deste trabalho. Assinatura anual: R\$ 15,00.

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

ENDEREÇO: _____

TEL: _____

BAIRRO: _____

CEP: _____

CIDADE: _____